

21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal foi criada por meio do decreto 39.610 (artigos 8º e 33), de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal.

O Artigo 33 do referido Decreto determina à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, SEMA-DF, as seguintes competências:

- proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;
- conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;
- gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;
- enfrentamento das mudanças climáticas;
- mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

A SEMA-DF tem como missão precípua definir políticas públicas, planejar, organizar, fazer a gestão, o gerenciamento, a governança e o controle da execução de planos, programas e ações nas áreas de gestão integrada de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, educação ambiental transversal entre as subsecretarias e o GDF, gestão das áreas especialmente protegidas, objetivando desenvolvimento ecológico, econômico e social do Distrito Federal em bases sustentáveis. Sua atuação afirma o compromisso do Governo do Distrito Federal com o meio ambiente ecologicamente equilibrado para toda a sociedade da Capital Federal.

Integram a estrutura da administração direta da SEMA-DF:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Executiva;
- Subsecretaria de Administração Geral;
- Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial;
- Subsecretaria de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos;
- Subsecretaria de Assuntos Estratégicos.

São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos da administração indireta:

- Jardim Botânico de Brasília – JBB;
- Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA;
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília – Zoo;
- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos colegiados:

- Conselhos Gestores dos Parques;
- Conselho Gestor da APA do Paranoá;
- Conselhos Gestores das APAs das bacias do Gama e Cabeça de Veado;
- Conselhos das APAS, das ARIES e das Unidades de Conservação;
- Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM;
- Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	3	9	2	20
Comissionados sem vínculo efetivo	36	20	0	0	56
Requisitados de órgãos do GDF	8	5	0	0	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	6	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	7	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	50	28	13	15	106
(-) Cedidos para outros órgãos	12	0	1	0	13
Total Geral	38	28	12	15	93

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	408000,0	513000,0	509571,75	509571,75
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	408000,0	513000,0	509571,75	509571,75
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	64000,0	120500,0	110033,92	110033,92
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	64000,0	120500,0	110033,92	110033,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	472000,00	633500,00	619605,67	619605,67

Decreto nº 40.208 de 30/10/2019 que regulamenta a Lei Complementar nº 952 de 16/07/2019, que tratou por sua vez, de alterar a Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011, no que concerne à substituição da Licença-Prêmio por Assiduidade (LPA) pela Licença Servidor. Os lançamentos inseridos na folha de pagamento a partir do mês de novembro/2019 - versão 17 (50-ATIVO-RPPS FINANCEIRO), foram calculados de acordo com a Decisão nº 5590/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), ítems VI, "D" e VII, "B". Destacamos que os lançamentos estão de acordo com o art. 7º do Decreto nº 40.208/2019 e, ainda, que foram confirmados por meio da soma da incidência de base de cálculo 1 das rubricas ID 1 e ID 4, constantes na tela PAGMAN35 no SIGRH, na referência equivalente ao

último mês de exercício do servidor e também os aposentados que recebiam abono de permanência, tiveram a alínea incluída na base de cálculo.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	450000,0	0,0	0	0
0008 - Formação de Agentes de Agroecologia nos assentamentos de Reforma Agrária	450000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	450000,00	0,00	0,00	0,00

A SEMA-DF, por meio do Projeto CITInova - "Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil através de planejamento urbano integrado e de investimentos em tecnologias inovadoras", está desenvolvendo ações de boas práticas e inovação no campo, a fim de manter a segurança hídrica das bacias hidrográficas estratégicas para abastecimento público da população do DF. As ações realizadas em 2021 foram:

- Sete oficinas com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia":

Realização de seis oficinas virtuais e uma presencial, com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia", para empoderamento das mulheres na gestão das águas das bacias-alvo; publicação com os resultados dos dois experimentos em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, conduzidos na bacia do Paranoá e do Descoberto;

- Sistemas Agroflorestais Mecanizados:

Foram monitorados 20 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) mecanizados em propriedades rurais das bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá. Elaboração de documento, em andamento, com conteúdo para publicação, contendo o resultado da manutenção e a sistematização final das experiências de implantação dos 20 hectares de agrofloresta mecanizada.

- Pesquisa em Água Estruturada para Irrigação:

Também no âmbito do Contrato 001/2010 - CGEE/CIRAT, foi implantado na Bacia do Paranoá experimento em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, em estufa na Fazenda Água Limpa da UnB, a fim de observar os resultados dos estudos sem interferências externas. Foi instalado sistema de irrigação com três diferentes magnetizadores que estão sendo testados no experimento, em plantios de milho, rabanete e alface. Os resultados estão previstos para o início de 2022. Pretende-se averiguar a eventual redução do volume de água utilizado para a irrigação, bem como os efeitos da água estruturada, na produtividade das culturas testadas.

- Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA):

O contrato de Comunidades que Sustentam a Agricultura - CSA visa ampliar a capacidade de ação do Governo do Distrito Federal e do entorno, de forma a promover a proteção dos recursos naturais com vistas a uma maior produção de água, associada ao processo de diversificação produtiva na região, por meio de estudo e implementação de duas CSAs no DF, com foco nas Bacias dos Rios Descoberto e Paranoá. Em 2021, foi realizada a contratação da consultoria para criação dessas CSAs, aprovação do plano de trabalho e reuniões para alinhamento quanto ao andamento do contrato, que será executado no primeiro semestre de 2022.

Além das ações no âmbito do Projeto CITInova, a SEMA-DF também está em processo de execução de duas emendas parlamentares que estão relacionadas a esse Programa, sendo elas:

- Emenda Parlamentar - Sistemas Agroflorestais (SAF) mecanizados:

Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) mecanizados nas Bacias do Descoberto e do Paranoá, cujo objetivo será contribuir com a promoção da segurança hídrica e alimentar no Distrito Federal, com a implantação de cerca de 3 hectares de tais Sistemas, como iniciativa de boas práticas agrícolas para a promoção de segurança hídrica do Distrito Federal e a sustentabilidade desses ambientes. No ano de 2021, foi realizada a análise da proposta de projeto; elaboração de nota técnica solicitando os devidos ajustes; reavaliação da proposta com sua devida aprovação; levantamento de cotações de preços, para validação dos orçamentos apresentados; e assinatura do termo de fomento. O início da implantação está previsto para janeiro de 2022.

- Emenda Parlamentar - Valor Fercal Comunidade Produtiva:

O Projeto "Valor Fercal Comunidade Produtiva" tem como objetivo principal estimular a compreensão da importância de gerar e proteger, de forma sustentável, o valor da Fercal, enquanto comunidade estratégica rural inserida no DF, executando de forma informativa e educativa soluções ambientais para os habitantes rurais. Além disso, visa promover uma cadeia socioprodutiva sustentável, para melhorar desde a produção dos alimentos até a comercialização dos produtos. No ano de 2021, foi realizada a análise da proposta de projeto; elaboração de nota técnica solicitando os devidos ajustes; reavaliação da proposta com sua devida aprovação; pesquisa de preços; e assinatura do termo de fomento. O início das ações está previsto para janeiro de 2022.

Além dessas ações, A SEMA-DF participou do grupo de trabalho, coordenado pela SEAGRI, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - 20 anos.

A articulação de trabalhos entre a SEMA-DF e a SEAGRI tem proporcionado diversos ganhos ambientais para a área rural, entre eles a publicação de Portaria Conjunta nº 02, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o artigo 17 do Decreto nº 21.500, de 11 de setembro de 2000, permitindo que os beneficiários do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural) que comprovarem ações de preservação ou recuperação do meio ambiente possam obter redução de até 80% nas taxas do licenciamento ambiental.

Nesse contexto, em todas as oportunidades, a SEMA-DF vem trabalhando para fortalecer as boas práticas e inovações no campo, com o objetivo de contribuir para tornar a agricultura distrital mais sustentável e compatível com a conservação dos recursos naturais e serviços ambientais. Atualmente, a SEMA-DF, em conjunto com o IBRAM, com apoio do MAPA, vem preparando as ferramentas necessárias para a implantação do Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural, a partir das informações do Cadastro Ambiental Rural, o que permitirá a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais destas propriedades, conforme determina o Novo Código Florestal, permitindo a conservação de nascentes, cursos d'água e suas áreas de recarga. Além disso, a SEMA-DF vem trabalhando junto à SEAGRI para a rearticulação do Programa ABC no DF, permitindo a inserção de tecnologias que possam neutralizar as emissões de CO₂ da agricultura, contribuindo para a implantação da Política Distrital de Enfrentamento às Mudanças do Clima.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	151000,0	151000,00	0	0
0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3896 - INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	150000,0	150000,0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	1000,0	1000,00	0	0
0002 - GESTÃO DA FAUNA-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	1000,0	1000,00	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	1000,0	1000,00	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1000,0	11000,00	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL-SIA	1000,0	11000,00	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO	1000,0	1000,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	1000,0	1000,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1000,0	3801000,00	0,0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1000,0	3801000,00	0,0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	1000,0	1000,00	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	181000,0	1000,00	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3446 - RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO CERRADO	180000,0	0,0	0	0
3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3860 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REÚSO DE ÁGUA	1000,0	1000,00	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REÚSO DE ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3870 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3891 - REABILITAÇÃO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0001 - REABILITAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3895 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RURAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RURAL-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1000,0	1000,00	0	0
0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4037 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4040 - DESENVOLVER A GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - DESENVOLVER A GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1000,0	1000,00	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	0	150000,0	0	0
0101 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-COMUNIDADE, ÁGUAS E AGROFLORESTA -DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	410000,0	310000,0	310000,0	310000,0
0004 - APOIO À PROJETOS AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL	410000,0	310000,0	310000,0	310000,0
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	764000,00	4444000,00	310000,00	310000,00

I. ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO E SISTEMA DISTRITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A SEMA-DF entende que a execução da Política Ambiental do Distrito Federal passa pela implementação da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse conjunto de instrumentos possibilita as condições para a construção do Painel de Indicadores Ambientais do DF. Soma-se a esses instrumentos o que determina a Lei Distrital nº 3.944/2007, que "Dispõe sobre os indicadores do SISDIA e cria o Atlas Ambiental do DF". Essa Lei, em seu artigo 5º, determina que os indicadores ambientais do SISDIA devem ser consolidados em meio cartográfico e georreferenciados em meio digital.

Nesse contexto, a SEMA-DF é responsável pela execução do Objetivo 0158 do Programa 6210. Esse objetivo está concentrado na Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, o qual tem por finalidade orientar as políticas públicas distritais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população. Para a execução desse objetivo, a SEMA-DF conta com os seguintes recursos financeiros:

- Não orçamentários provenientes do Fundo Global para o Meio Ambiente – Fundo GEF, no âmbito do Projeto CITInova. Foram alocados e executados, para a aquisição de licenças do software ArcGIS, valores da ordem de R\$ 540.727,55, além dos recursos que possibilitaram a atualização das licenças, no montante de R\$ 264.385,47. Para o desenvolvimento do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, foram alocados e executados recursos na ordem de R\$ 994.464,00. Para o desenvolvimento do portal SISDIA, foram alocados e executados recursos no montante de R\$ 302.490,00. Para a implementação dos seus 3 Módulos Especialistas, estão alocados recursos na ordem de R\$ 978.810,00 que foram executados parcialmente em 2021 e o restante será executado em 2022.

- Orçamentários: provenientes de emenda parlamentar distrital para a aquisição de 07 (sete) computadores mais robustos, para atender às necessidades técnicas e operacionais do SISDIA, no valor de R\$ 294.000,00 executados em 2021. Esse novo maquinário irá suprir o aumento no volume de acessos aos bancos de dados do SISDIA e ZEE-DF.

Com relação à implementação do ZEE-DF, com a instituição da Comissão Distrital do ZEE-DF – CDZEE-DF, por intermédio do Decreto nº 39.948, de 15 de julho de 2019, em cumprimento à regulamentação do art. 44 da Lei nº 6.269/2019, foram realizadas entre os anos de 2019 a 2021 06 (seis) reuniões ordinárias e uma extraordinária, resultando na aprovação do seu regimento interno por intermédio de Portaria da SEMA-DF Nº 52 de 09 de dezembro de 2020, entre outras realizações.

A SEMA-DF realizou o lançamento do Portal do SISDIA ao público, no mês de abril de 2021, inclusive com o Atlas Ambiental digital interativo, na forma de "story maps". Essa ação atende à regulamentação do art. 43 da Lei nº 6.269/2019, e ao cumprimento da Meta 746 do PPA, que corresponde ao Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal. No tocante à implantação dos 3 Módulos Especializados do SISDIA, já se encontram em fase de execução desde outubro de 2021, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente – Fundo GEF, no âmbito do Projeto CITInova. O Painel de Indicadores do SISDIA está em fase inicial de contratação, também com recursos do Fundo GEF e previsão de entrega no 2º semestre de 2022.



II. REALIZAÇÕES EM PROL DO MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DA FAUNA DO CERRADO

A SEMA-DF, em julho de 2021, deu início ao Projeto de Identificação e Monitoramento das Capivaras na Orla do Lago Paranoá. Esse projeto é financiado com recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam). Foi aprovado no âmbito do Conselho de Administração do Funam em 2020, e teve o termo de fomento assinado em junho de 2021. O valor dos investimentos é de R\$ 251.904,00 (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e quatro reais), com o repasse de 50% do valor efetuado em julho de 2021 e previsão de repasse do valor restante em janeiro de 2022. O projeto tem duração de 12 meses e é executado pela Universidade Católica de Brasília. A parceria entre a Sema-DF e a Universidade Católica de Brasília – UCB irá estudar a população de capivaras na orla do Lago Paranoá, com vistas a quantificar a qualificar a população de capivaras, visando subsidiar uma política de manejo e monitoramento, e educação ambiental em relação à espécie no Distrito Federal. Objetivamente, o projeto em execução desenvolve pesquisa científica de monitoramento da população de capivaras, visando determinar a distribuição e o índice de abundância de capivaras e carrapatos na orla do Lago Paranoá, para subsidiar a realização de políticas públicas de educação ambiental para proteção da fauna e redução de conflitos entre a população de capivaras e os usuários da orla do lago.



Além dessa ação, a SEMA-DF está desenvolvendo o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal. Esse Plano tem como objetivo mitigar a perda, iniciar a recuperação de habitats e produzir conhecimento sobre as espécies dos dois biomas. A ação teve início em 2014 (1º Ciclo 2014-2019) e se encontra em seu segundo período (2020-2025). Está prevista a realização de oficinas para a elaboração de documento norteador para a execução do 2º Ciclo do Plano, que é coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

III. REALIZAÇÕES EM PROL DA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FLORA DO CERRADO E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 2021, a SEMA apresentou um novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo, com densidade de informações espaciais compatíveis com a escala 1:25.000, baseado em imagens de satélite de alta resolução do ano de 2020 e anteriores. As classificações do uso do solo têm por base o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013) e a vegetação segue a classificação utilizada pelo Inventário Florestal Nacional no Distrito Federal, realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (2016). O mapa mostra todos os tipos ou fitofisionomias da vegetação nativa do bioma Cerrado, além de apontar os diferentes usos em áreas urbanas e agrícolas do DF. O mapa deverá ser atualizado periodicamente, permitindo monitorar e avaliar quantitativa e qualitativamente as áreas de vegetação natural, estabelecendo indicadores que mostrem a evolução da recuperação e manutenção da flora do Cerrado, e a situação das áreas urbanas e rurais. Os dados obtidos, resumidamente, foram:

Tipologia	Área (hectares)	%
Água	6.052	1,0%
Antropicas Agrícolas	208.671	36,1%
Antropicas Não Agrícolas	86.413	15,0%
Vegetação Natural	276.161	47,8%

Além disso, a SEMA-DF vem trabalhando junto ao IBRAM na regulamentação da Lei 6.364, de 26 de agosto de 2019, Lei de utilização e proteção do Cerrado, permitindo estabelecer os instrumentos legais necessários à plena implementação das ações de conservação do bioma no Distrito Federal. Complementarmente, a Câmara Técnica de Compensação Florestal e Conservação do Cerrado, junto ao Conselho de Meio Ambiente do DF – CONAM, vem estabelecendo as normas suplementares necessárias à plena implementação desta ação.

Por meio da parceria firmada pelo Acordo de Cooperação assinado entre Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Brasília Ambiental e Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), a FBB lançou o edital Recupera Cerrado em 2020, selecionando o Instituto Espinhaço para executar ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da orla Norte do Lago Paranoá e suas áreas de influência. Sob a coordenação do Brasília Ambiental, com a participação da Sema e do FBB no acompanhamento da execução, o Projeto tem investimentos da ordem de R\$ 1,4 milhão, e dá continuidade ao projeto de recuperação de danos nas APPs iniciado na orla Sul do Lago Paranoá. Em 2021, foi feita a indicação das áreas a serem selecionadas para o plantio, com base no Diagnóstico da Orla Norte fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente – desenvolvido na parceria entre Funam e o Instituto Rede Terra. Os projetos de recuperação na Orla do Lago Paraná atendem parte da demanda do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) de recuperar Áreas de Proteção Permanente (APP) ocupadas ilegalmente ao longo da orla que foram desobstruídas, com a retirada de cercas e muros – por meio da Ação Civil Pública iniciada em 2015.

Ainda em 2021, a SEMA-DF, com financiamento do Funam – Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal, deu continuidade na execução do projeto de “Recuperação de Danos nas APPs da Orla do Lago Paranoá”, com o objetivo de promover ações de recuperação de áreas desmatadas por meio da recomposição da vegetação nativa, visando evitar processos erosivos, sinalizar áreas estratégicas conforme uso adequado da orla, além de promover o monitoramento das ações de recuperação e da integridade física de unidades de conservação e parques inseridos na orla (ainda que parcialmente).

Em parceria com o Instituto Rede Terra (Organização da Sociedade Civil – OSC), o projeto contou inicialmente com recursos do Funam no valor de R\$ 2.009.000,00 (dois milhões e nove mil reais) para ações de recuperação em 65 hectares ao longo da orla Sul e braço do Riacho Fundo. Em 2020, recebeu aditivo financeiro no valor de R\$ 452.710,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dez reais), com acréscimo de novas metas, dentre elas o incremento de mais 10 hectares a serem plantados – totalizando o investimento em R\$ 2.461.710,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e dez reais). Em fevereiro de 2021, houve a entrega do Diagnóstico Ambiental da Orla Norte. Em dezembro de 2021, foi concluído o plantio das áreas selecionadas, totalizando 75 hectares de áreas plantadas em 19 polígonos, com uso estimado de 46 mil mudas. No período, as áreas também receberam placas educativas e placas de obras, foram monitoradas e receberam manutenção

(controle biológico, tratamentos culturais, coroamento, limpeza, reposição de mudas, estacas, tutores e irrigação). Em novembro de 2021, a Comissão de Gestão da Parceria homologou termo de apostilamento aceitando as propostas de alteração do Plano de Trabalho e prorrogando o término da parceria até fevereiro de 2022.



Todas as áreas receberam placas de educação ambiental. Fonte: Rede Terra.



Plantio de mudas do cerrado com uso de hidrogel. Fonte: Rede Terra.



Plantio na QL 28. Fonte: Rede Terra.

IV. AÇÕES

PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em 2021, a SEMA-DF concluiu a validação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2005-2012 do DF e a avaliação preliminar usando a metodologia do 1º Inventário do DF para o período 2013-2018. Além da validação do Inventário de Emissões por fontes e remoções por sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE)/2005-2012, de acordo com metodologia reconhecida internacionalmente, e do processo de revisão, houve também um período de consulta pública e também de apreciação pela Câmara Técnica do Clima do CONAM. Com a conclusão do inventário, o GDF passa a contar com uma base de dados atualizada para fomentar a transição para uma economia com menores índices de emissão de Gases de Efeito Estufa, GEE, podendo desenvolver planos específicos para cada setor analisado, com base em seus padrões de emissões. Além disso, o inventário também possibilitou a construção dos Planos de Mitigação e de Adaptação às mudanças climáticas.

Nesse contexto, a SEMA-DF, elaborou o Plano de Mitigação para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa das Principais Fontes Emissoras no Território do Distrito Federal e o Plano de Enfrentamento dos Impactos Adversos da Mudança Global do Clima para Reduzir as Vulnerabilidades e Ampliar a Adaptação no Distrito Federal com Foco Especial nos Eventos Climáticos Extremos Referentes a Recursos Hídricos e Extremos de Temperatura. O Plano de Mitigação visa apontar uma série de processos, atividades e mecanismos que reduzam as emissões e removam gases de efeito estufa. Por exemplo: acreditar no papel das florestas na mitigação da mudança climática; promover investimento em energia limpa; e incentivar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias avançadas nos setores de transportes,

resíduos e indústrias. Além disso, o documento sugere formas de implementação da parte de mitigação da “Contribuição Distritalmente Determinada - CDD”, que representa a contribuição distrital para o enfrentamento da mudança global do clima no âmbito do Acordo de Paris. O Plano de Adaptação, por sua vez, tem o objetivo, a partir de um melhor conhecimento da variabilidade climática, reduzir os impactos para a sociedade em função da ocorrência de eventos extremos, ora com chuvas abundantes e de curta duração, ora com longos períodos secos.

Por intermédio do Projeto GEF/CITInova, apoiado pela equipe do INPE/CPTEC, a SEMA-DF, analisou os cenários de regionalização para a área do Distrito Federal e entorno, usando os dados de modelos climáticos globais e de cenários de emissão de gases de efeito estufa produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC. Entre os principais resultados encontrados, ressaltou-se as implicações dos impactos adversos para os recursos hídricos: menos chuva durante as quatro estações do ano e aumento de dias de estiagem, resultando em menor disponibilidade de água para os reservatórios, menor disponibilidade de energia hidroelétrica e aumento de chuvas fortes. Impactos na mobilidade e multiplicação dos pontos de alagamentos são alguns dos efeitos negativos desse aumento pluviométrico.

Para dar consecução à estratégia de uso da energia solar no Distrito Federal, a SEMA-DF realizou a contratação de empresa de consultoria para a execução de serviços técnicos especializados voltados à concepção, planejamento e elaboração de projeto básico, que subsidiará a posterior contratação do projeto executivo, e realizar a supervisão técnica da instalação de sistema solar fotovoltaico de minigeração em áreas de órgãos públicos vinculados à SEMA-DF, visando melhorar a eficiência energética e promover economia de recursos públicos por parte do Governo do Distrito Federal. Já foram entregues os projetos básicos para cada uma das áreas escolhidas para receber a infraestrutura, sendo elas: Parque de Águas Claras, Parque Dom Bosco, Parque Ezequias Heringer e Hospital Veterinário Público. Ademais, será elaborado pela consultoria um guia prático de orientações com diagnóstico para instalação de sistema solar fotovoltaico em prédios públicos. Esse guia busca fornecer informações práticas para os gestores públicos terem melhores subsídios à tomada de decisão no momento em que forem conduzir o processo de implantação de sistemas de energia solar fotovoltaica nos órgãos públicos sob sua gestão.

V. IMPLEMENTAÇÃO DA POLITICA DISTRITAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO DISTRITO FEDERAL E DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

A SEMA tem realizado várias ações visando à implementação da Política de Resíduos sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Com a inauguração do Complexo Integrado de Reciclagem – CIR, em novembro de 2020, e com sua operação iniciada na data da inauguração, o Complexo já atua com 5 cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos, e conta com 438 catadores trabalhando diariamente, representando 87,6% dos postos de trabalho ocupados nos Centros de Triagem e Reciclagem – CTRs 1 e 2, atuando em 2 turnos de 6 horas cada. Em 2021, foram triadas aproximadamente 2000 toneladas da coleta seletiva e recuperadas (recicladas) 1000 toneladas de resíduos.

A SEMA assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, registrado na Plataforma + Brasil, em 29/12/2020, no valor de R\$ 3.877.551,02, para a aquisição de maquinários e materiais permanentes para equipar os CTR e a Central de Comercialização – CC no período de 2021 a 2022. Esse investimento permitirá que as Cooperativas de Catadores que atuam no CIR tenham condições operacionais para agregar valor aos produtos e aumentar os ativos, de forma a manter o Complexo em funcionamento de forma independente. Além disso, a SEMA-DF elaborou projeto para adquirir máquinas e equipamentos fundamentais para o processo de implantação das Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos (CTR) e para a Central de Comercialização (CC), por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). Esses equipamentos serão utilizados para a linha de beneficiamento dos resíduos plásticos e vítreos, aumentando o valor da comercialização dos resíduos. A proposta visa adquirir os equipamentos e materiais permanentes para equipar os CTR e a CC no período de 2021 a 2022, permitindo, assim, que as Cooperativas de Catadores que assumirão os CTRs tenham condições operacionais de manter estes Centros em funcionamento. Outros recursos ainda serão aportados pelo BNDES, para compra de

equipamentos necessários para o funcionamento do Complexo, no valor de R\$ 3.000.000,00, bem como recursos para assistência técnica, no valor de R\$ 3.268.000,00, e capacitação dos catadores com R\$ 1.300.000,00, em 2022.

No que concerne à implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, a SEMA-DF viabilizou as seguintes ações:

- Assinatura de Termo de Cooperação para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos, com a implantação do sistema de coleta em pontos de entrega voluntária e coleta domiciliar gratuita mediante agendamento.
- Articulação para o estabelecimento de Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Embalagens em geral.
- Comitê Brasília Recicla: publicação do Decreto 41.715, de 13 de janeiro de 2021, que passa a atribuição de designação dos membros do Comitê para a SEMA-DF; publicação da Portaria nº 23/2021, com a designação dos membros e início dos trabalhos do Comitê.
- Grupo de Trabalho de Compostagem: publicação da Portaria Conjunta nº 03/2021, formando o grupo de trabalho para regulamentar a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, e propor projetos de incentivo à compostagem; início das reuniões do GT; benchmarking de experiências em projetos de compostagem de outras cidades e países.
- Revisão do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS): participação na comissão responsável pelo processo de revisão.
- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF).
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável celebrado entre o GDF e a SEMA, que promove a inclusão de 500 catadores de materiais recicláveis no Complexo Integrado de Reciclagem.
- Execução de emendas parlamentares federais que visam a inclusão de catadores de materiais recicláveis, geração de trabalho e renda, redução dos índices de aterramento, aumento dos índices de reciclagem e redução da pressão no Aterro Sanitário de Brasília, garantindo, assim, a ampliação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados no Distrito Federal.

Objetivando a implantação de políticas públicas para a logística reversa, a SEMA-DF realizou tratativas com as entidades gestoras, empresas e órgãos envolvidos nas cadeias de logística reversa de eletroeletrônicos, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, pneus, filtros automotivos, óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) e embalagens de óleos lubrificantes. Alguns termos de compromisso estão sendo analisados e em discussão, especificamente das cadeias de pneus, OLUC, embalagens de óleos lubrificantes, filtros automotivos e lâmpadas. A SEMA-DF está em tratativas, também, com uma empresa atuante em crédito de reciclagem para embalagens em geral (plástico, papel, alumínio e vidro). Além disso, foi celebrado acordo de cooperação entre a SEMA e a ABREE para a regulamentação e implementação da logística reversa de eletroeletrônicos e eletrodomésticos no Distrito Federal. Observa-se que uma das etapas do processo de implementação da logística reversa no Distrito Federal é a instalação e operação dos pontos de entrega voluntária (PEV). No ano de 2021, ocorreu o aumento desses PEVs, principalmente na cadeia de eletroeletrônicos. Foi lançado o programa RECICLOTECH, desenvolvido em parceria com a ONG Programando o Futuro, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SECTI), cujo objetivo é contribuir para a criação de um projeto inovador de logística reversa, recondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, com polos de economia circular (PEC) e formação de jovens e adultos em tecnologia da informação. Foram instalados, até o momento, 60 PEVs.

A SEMA assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, registrado na Plataforma + Brasil, em 29/12/2020, no valor de R\$ 3.877.551,02, para a aquisição de maquinários e materiais permanentes para equipar os CTR e a Central de Comercialização – CC no período de 2021 a 2022. Esse investimento permitirá que as Cooperativas de Catadores que atuam no CIR tenham condições operacionais para agregar valor aos produtos e aumentar os ativos, de forma a manter o Complexo em funcionamento de forma independente. Além disso, a SEMA-DF elaborou projeto para adquirir máquinas e equipamentos fundamentais para o processo de implantação das Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos (CTR) e para a Central

de Comercialização (CC), por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). Esses equipamentos serão utilizados para a linha de beneficiamento dos resíduos plásticos e vítreos, aumentando o valor da comercialização dos resíduos. A proposta visa adquirir os equipamentos e materiais permanentes para equipar os CTR e a CC no período de 2021 a 2022, permitindo, assim, que as Cooperativas de Catadores que assumirão os CTRs tenham condições operacionais de manter estes Centros em funcionamento. Outros recursos ainda serão aportados pelo BNDES, para compra de equipamentos necessários para o funcionamento do Complexo, no valor de R\$ 3.000.000,00, bem como recursos para assistência técnica, no valor de R\$ 3.268.000,00, e capacitação dos catadores com R\$ 1.300.000,00, em 2022.

No que concerne à implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, a SEMA-DF viabilizou as seguintes ações:

- Assinatura de Termo de Cooperação para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos, com a implantação do sistema de coleta em pontos de entrega voluntária e coleta domiciliar gratuita mediante agendamento.
- Articulação para o estabelecimento de Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Embalagens em geral.
- Comitê Brasília Recicla: publicação do Decreto 41.715, de 13 de janeiro de 2021, que passa a atribuição de designação dos membros do Comitê para a SEMA-DF; publicação da Portaria nº 23/2021, com a designação dos membros e início dos trabalhos do Comitê.
- Grupo de Trabalho de Compostagem: publicação da Portaria Conjunta nº 03/2021, formando o grupo de trabalho para regulamentar a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, e propor projetos de incentivo à compostagem; início das reuniões do GT; benchmarking de experiências em projetos de compostagem de outras cidades e países.
- Revisão do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS): participação na comissão responsável pelo processo de revisão.
- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF).
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável celebrado entre o GDF e a SEMA, que promove a inclusão de 500 catadores de materiais recicláveis no Complexo Integrado de Reciclagem.
- Execução de emendas parlamentares federais que visam a inclusão de catadores de materiais recicláveis, geração de trabalho e renda, redução dos índices de aterramento, aumento dos índices de reciclagem e redução da pressão no Aterro Sanitário de Brasília, garantindo, assim, a ampliação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados no Distrito Federal.

Objetivando a implantação de políticas públicas para a logística reversa, a SEMA-DF realizou tratativas com as entidades gestoras, empresas e órgãos envolvidos nas cadeias de logística reversa de eletroeletrônicos, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, pneus, filtros automotivos, óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) e embalagens de óleos lubrificantes. Alguns termos de compromisso estão sendo analisados e em discussão, especificamente das cadeias de pneus, OLUC, embalagens de óleos lubrificantes, filtros automotivos e lâmpadas. A SEMA-DF está em tratativas, também, com uma empresa atuante em crédito de reciclagem para embalagens em geral (plástico, papel, alumínio e vidro). Além disso, foi celebrado acordo de cooperação entre a SEMA e a ABREE para a regulamentação e implementação da logística reversa de eletroeletrônicos e eletrodomésticos no Distrito Federal. Observa-se que uma das etapas do processo de implementação da logística reversa no Distrito Federal é a instalação e operação dos pontos de entrega voluntária (PEV). No ano de 2021, ocorreu o aumento desses PEVs, principalmente na cadeia de eletroeletrônicos. Foi lançado o programa RECICLOTECH, desenvolvido em parceria com a ONG Programando o Futuro, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SECTI), cujo objetivo é contribuir para a criação de um projeto inovador de logística reversa, recondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, com polos de economia circular (PEC) e formação de jovens e adultos em tecnologia da informação. Foram instalados, até o momento, 60 PEVs.

VI. FORTALECIMENTO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS E OS CUIDADOS COM A SEGURANÇA HÍDRICA DO DISTRITO FEDERAL

A SEMA-DF entende que o bioma Cerrado é rico em sua biodiversidade e em recursos hídricos, porém encontra-se em uma região hidrográfica que sofre um constante estresse hídrico. As ações da SEMA têm sido para fortalecer a gestão e a governança dos recursos hídricos, e a implementação da Política Distrital de Recursos Hídricos.

No que concerne à governança dos recursos hídricos, a SEMA-DF, no âmbito do Projeto CITInova, deu início, em 2021, ao estudo de governança que contratou o serviço da “Consultoria para aprimoramento da governança hídrica no Distrito Federal”, visando avanços institucionais para a segurança hídrica do território e melhor gestão da água no DF. Esta ação faz parte do contrato do Projeto CITInova e está sendo executada pela empresa Arns & Yoshida Consultoria, Planejamento e Projetos Ltda – Prismati Consultoria, Planejamento e Projetos. O Contrato entrou em vigência em 1º de setembro de 2021, sendo que a entrega do primeiro produto está prevista para o início de 2022.

Para melhor gestão e segurança hídrica no Distrito Federal, a SEMA, através do Programa Produtor de Água, criado pela Agência Nacional de Águas – ANA, vem incentivando os produtores rurais a investir em ações que ajudem a preservar a água. O Programa usa o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que estimula os produtores a investirem no cuidado do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas. Já foram implantados os seguintes programas:

Programa Produtor de Água no Pípiripau:

Ações realizadas:

- Representação da SEMA na Unidade de Gestão do Projeto – UGP do Programa Produtor de Água do Pípiripau, coordenada pela ADASA, que reúne 18 instituições (governo e sociedade civil);
- Participação da SEMA no Grupo de Trabalho 3 (GT3) – Pagamento por Serviço Ambiental - elaboração de 44 relatórios (laudos de vistoria) de produtores rurais participantes do Programa, para aprovação de pagamento aos produtores;
- Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da UGP, bem como nas reuniões do GT3.

Programa Produtor de Água no Descoberto:

Ações realizadas:

- Representação da SEMA na Unidade de Gestão do Projeto – UGP do Programa Produtor de Água no Descoberto, coordenada pela ADASA;
- Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da UGP;

Participação da SEMA nos grupos de trabalhos (GTs), incluindo suas reuniões, para atividades desenvolvidas em 2021:

- GT de Comunicação;
- GT de Mecanismos Financeiros;
- GT de Mobilização Social;
- GT de Articulação e Acompanhamento.

Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APMs:

As APMs foram criadas para assegurar a disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para o abastecimento público, mantendo-se nas suas áreas o equilíbrio ecossistêmico a partir de ações de conservação e promoção do uso sustentável, sem prejuízo das atividades inerentes à competência da concessionária de serviço público, autorizada a captar e distribuir água.

A criação do Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APMs (Portaria Conjunta nº 04/2020) tem por objetivo subsidiar os trabalhos da SEMA e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH nos termos do art. 99 do PDOT/DF. O Comitê, ao longo de 2021, realizou reuniões, elaborou pareceres e demais encaminhamentos às demandas apresentadas em processos, sendo responsável, ainda, pela realização de estudos e diagnósticos e a coordenação de ações

integradas entre os órgãos, entidades e as instituições que cooperam com o tema. Além disso, iniciou as vistorias às APM priorizadas para a elaboração do Programa Anual de Gestão e Monitoramento das APM. A SEMA-DF responde pela Secretaria Executiva do Comitê e presta apoio técnico às demandas.

Índice de Sustentabilidade de Bacias Hidrográficas - ISB:

A SEMA-DF atuou no desenvolvimento do Índice de Sustentabilidade de Bacia Hidrográfica – ISB, que foi aplicado nas Bacias do Descoberto e Paranoá; e em uma microbacia-alvo do Descoberto (Rodeador) foi aplicado modelo computacional de avaliação de risco utilizando o Índice. O ISB, juntamente com o modelo de risco após aplicação, constitui importante ferramenta de gestão ambiental e territorial, visando sobretudo a segurança hídrica. O estudo relacionado ao ISB foi elaborado no âmbito de Contrato entre o CGEE e o Centro Internacional de Água e Transdisciplinariedade – Cirat, do Projeto CITInova. Após a homologação do produto, a SEMA ficou responsável pela publicação do estudo. Assim, no ano de 2021 foi elaborada versão diagramada para tal publicação, que deverá ser lançada e disponibilizada ao público no início de 2022.

Programa de Otimização do Uso Prioritário da Água (Poupa DF):

Este programa, que foi instituído pelo Decreto nº 39.514, de 6 de dezembro de 2018, tem com objetivo promover a redução progressiva do consumo de água de todos os edifícios públicos do Distrito Federal, consolidando uma cultura de uso eficiente da água. Cada órgão/entidade deve formar comissão interna, denominada Poupadores, responsáveis pela implantação do Programa na respectiva edificação pública. A SEMA é responsável pela coordenação do Programa em todo o GDF. Em função da pandemia por COVID-19 e da necessidade do trabalho remoto, as metas de redução ainda serão definidas entre os órgãos do GDF e a SEMA-DF. Foram realizadas as seguintes ações:

- Finalização do sistema de tecnologia e informação para coordenação geral e consolidação dos resultados obtidos em cada órgão ou entidade;
- Articulação com os órgãos do GDF e órgãos estaduais de outras regiões brasileiras, para consolidação de estratégias de educação ambiental.

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba no DF – CBH Paranaíba-DF

A SEMA-DF participou, no ano de 2021, de todas as reuniões plenárias do Comitê e dos grupos de trabalho dos quais faz parte, para discussão de temas relativos à gestão da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba no DF.

Grupo de Acompanhamento do Lago Paranoá:

A SEMA-DF participou da reunião de tomada de decisão quanto à recomendação de que sejam adotados para o ano de 2022 os mesmos níveis altimétricos estabelecidos para o Lago Paranoá, no ano de 2021.

Execução de infraestrutura para reúso de água:

A SEMA-DF realizou a análise técnica quanto à solicitação para implantação de reúso de água na agricultura no DF, em apoio ao CONAM. A demanda resultou na criação de câmara técnica (CT) do CONAM para tratar sobre o tema reúso agrícola no DF, sendo a SEMA integrante da CT criada.

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS

A SEMA, por meio do Projeto CITInova – “Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil através de planejamento urbano integrado e de investimentos em tecnologias inovadoras”, tem atuado na recomposição da vegetação nativa em 80 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) de nascentes, áreas de recarga hídrica e demais APPs degradadas ou alteradas nas Bacias do Rio Descoberto e Rio Paranoá (programa iniciado em 2020 e finalizado em 2021), visando à manutenção e recuperação de seus aquíferos relacionados no âmbito do Projeto. A Secretaria coordena o Projeto CITInova no DF e dentre as diversas iniciativas está a priorização de ações para recuperação de nascentes e dos corpos hídricos que contribuem para a segurança hídrica no DF. Foram beneficiados com o projeto 70 pequenos produtores rurais das Bacias do Rio Descoberto e Paranoá e 2 (dois) Parques Ecológicos, Águas Claras e Riacho Fundo. Foram realizadas as seguintes ações:

- Implementação de ações de engajamento e mobilização social integrada;

- Estabelecimento de métodos e técnicas a serem utilizados para a recuperação e as estratégias de envolvimento da população beneficiada;
- Implementação de ações de recomposição da vegetação nativa (aquisição de insumos, preparo do terreno e do solo, plantio e necessário replantio, incluindo mão de obra).

O projeto visou, também, a implementação de ações de manutenção e monitoramento das áreas degradadas ou alteradas.

VII. AÇÕES DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com a flexibilização das restrições sanitárias em função da pandemia do Covid-19 no segundo semestre de 2021, a SEMA-DF, em parceria com o Instituto Rede Terra, Secretaria de Estado de Educação, Caesb, Projeto CITInova e Brasília Ambiental, realizou duas ações de educação ambiental com crianças de 10 a 12 anos da Escola Classe 1 – SHIS Sul, da rede de ensino do DF, demonstrando a importância da preservação do Lago Paranoá com o plantio de mudas de espécies do cerrado. Além disso, em 2021, a SEMA remodelou o Projeto Parque Educador, em função da pandemia causada pela COVID-19, em atenção às recomendações dos órgãos internacionais, nacionais e distrital de Saúde. No primeiro semestre de 2021, o projeto deu seguimento ao atendimento dos estudantes por meio da Educação Mediada por Tecnologias (atendimento 100% remoto), reduzindo sua capacidade de atendimento em 50%. No segundo semestre de 2021, o projeto voltou gradativamente ao atendimento presencial, conforme retorno das escolas da rede pública do Distrito Federal.



Nesse contexto da educação ambiental, a SEMA realizou capacitação sobre Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a EGOV, sendo 2 turmas com 8 horas/aula cada. Foram capacitados 85 servidores de 41 instituições do GDF. Também foi realizada a gravação de capacitação EAD junto à SEJUS.

A SEMA DF realizou, ainda, a campanha de educação Separados pelo Destino, campanha educativa sobre a coleta seletiva, lançada nas redes sociais em dezembro/2021, em parceria com SECOM, ADASA, SLU e IBRAM.



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10395 - COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	10,00	0,00	15,00	0,00	20,00	X	25,00	X	SEEC/ UO 21101 / OE 151
Justificativa: 2020 - A SEMA DF realizou aquisições de insumos por meio de adesão e coparticipação nas compras públicas do GDF, não sendo possível mensurar isoladamente a fração dessa UO. Será necessário no momento da revisão do PPA a elaboração de uma outra metodologia para aferição do atributo. 2021 - A SEMA DF realizou aquisições de insumos por meio de adesão e coparticipação nas compras públicas do GDF, não sendo possível mensurar isoladamente a fração dessa UO. Será necessário no momento da revisão do PPA a elaboração de uma outra metodologia para aferição do atributo.													
10337 - DISPONIBILIDADE HÍDRICA POR PESSOA	METRO CÚBICO		01/01/2001	Anual	1,01	0,00	1,02	0,00	1,03	X	1,04	X	ADASA/ UO 21101 / OE 159
Justificativa: 2020 - Foi detectado uma inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência. 2021 - Foi detectada inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência.													
10343 - ÁREA QUEIMADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	MIL HECTARES	13,11	01/12/2016	Anual	2,95	1,69	2,95	25,75	2,95	X	2,95	X	IBRAM/ UO 21101 / OE 153
Justificativa: 2020 - Além da SEMA fazem parte desse Grupo Executivo todos os órgãos executores e de apoio direto do PPCIF. Nesse ano de 2020 as ações envolvendo o trabalho prevenção de combate ao incêndio florestal, incluindo a contratação de 145 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho, a maior contratação de todos os anos anteriores e ocorrendo no período exato do cronograma de trabalho. Esse cumprimento do cronograma possibilitou a redução de 52% da área queimada nas UCs Distritais em 2020, equivalente a 1.689 hectares. 2021 - Sob coordenação da SEMA, no ano de 2021, foram realizadas diversas ações envolvendo o trabalho de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo a contratação de 150 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho. A contratação foi a maior desde o início do Plano. Além disso, foram feitos aceiros mecânicos, aceiros negros, queimas prescritas, manutenção de equipamentos. Houve, ainda, reforço na vigilância, cursos de capacitação e trabalhos envolvendo a educação ambiental. É relevante salientar que a área queimada por incêndio florestal no Distrito Federal foi de 29.526,49 hectares, dos quais 2.324 hectares foram registrados em 57 UCs Distritais, sob a gestão do Brasília Ambiental - IBRAM. Isso configurou-se em um aumento de 25,75% em relação ao ano anterior. Esse aumento é o resultado da estiagem prolongada em função dos efeitos climáticos extremos fruto do aquecimento global antropogênico.													
10532 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO CONSERVADAS	HECTARE		01/01/2001	Anual	422725,00	0,00	422725,00	0,00	422725,00	X	422725,00	X	SEMA/ UO 21101 / OE 153
Justificativa: 2020 - Em 2020, foi elaborado o novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo do DF, que fornece subsídios para ações de conservação e recomposição da vegetação natural, pois identifica e mostra o estado atual da cobertura vegetal, áreas naturais degradadas e áreas antropizadas, permitindo assim a identificação correta e precisa das áreas que precisam ser objeto de intervenção para recuperação. De acordo com o mapa, que é atual e tem metodologia confiável, entendemos que o cerrado preservado é a soma de Formação Campestre + Florestal + Savânica = 233.537 hectares (48% do DF). Para a área de cobertura vegetal tem que somar a Silvicultura, que totaliza 283.398 hectares (49%). O valor de 422.725 engloba toda a área de agricultura do DF como área para recomposição de cerrado, o que não é desejável. Além disso, tenta medir obras em hectares, o que é inadequado. Entendemos que esse indicador deve ser revisado no momento da revisão do PPA. 2021 - De acordo com o novo mapa de vegetação e uso do solo do DF tem 276.161 ha de vegetação natural. Com este dado, já é possível perceber o quão equivocados estão estes indicadores propostos. Foi detectada inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência.													
10459 - QUANTIDADE DE ACESSOS AS INFORMAÇÕES DO SISDIA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	170000,00	256657,00	200000,00	312988,00	230000,00	X	250000,00	X	SEMA/SISDIA/ UO 21101 / OE 158
Justificativa: 2020 - A partir da implementação do SISDIA, 16 órgãos do GDF já têm permissão de acesso contínuo ao sistema. São mais de 220 usuários destes órgãos com permissão de acesso ao banco de dados. 2021 - 312.988,00 acessos para o banco de dados; 420.993,00 acessos para os geoserviços													
10357 - EMISSÕES DISTRIAS RELEVANTES DE GASES DE EFEITO ESTUFA	PERCENTUAL		01/01/2001	Bianual	75,00	0,00	50,00	0,00	25,00	X	0,00	X	SEMA/ UO 21101 / OE 152
Justificativa: 2020 - A SEMA vêm desenvolvendo diversas iniciativas na área de enfrentamento às mudanças climáticas. Nesse sentido, foi elaborado o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Distrito Federal, o qual promoveu uma revisão metodológica do primeiro inventário realizado para o DF, que compreendia os anos de 2005 a 2012, atualizando os dados de emissões e remoções para os anos de 2013 a 2018. Além do Inventário, foi elaborado o Plano de Mitigação às Mudanças do Clima, a ser encaminhado para consulta pública, e o Plano de Adaptação às Mudanças do Clima, em fase de aprovação e encaminhamento para consulta pública. Os Planos estarão concluídos até julho de 2021. Os resultados do inventário estão em fase de análise para posteriormente realizar a apuração do atributo. 2021 - Esse indicador depende da atualização constante do inventário distrital de gases de efeito estufa. Em 2019 foi iniciado o processo de atualização do mesmo, o que trouxe os dados mais atuais para o ano de 2018. Há a necessidade de disponibilização de mais recursos para promover nova atualização. Além disso, muitas informações necessárias para o processo de atualização dependem de dados disponibilizados por órgãos públicos, o que não acontece com a frequência adequada.													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	80000,0	13000,0	0,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	80000,0	13000,0	0,0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	80000,00	13000,00	0,00	0,00

Decreto nº 24.193/2003 cria o Programa Reintegra Cidadão, dirigido aos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, com o objetivo de lhes propiciar oportunidades no seu processo de ressocialização e inserção social e pelo aprendizado de novas técnicas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. A fim de atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA, na execução de serviços relacionados às atividades elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.193 de 05/11/2003, foi prevista a manutenção da Ação para disponibilização de 4 (quatro) reeducandos, relacionados às atividades de reprografia, entrega de documentos, manutenção e conservação predial, recolhimento de bens inservíveis, copeiragem, serviços gerais, entre outros previstos no Decreto nº 24.193/2003. Entretanto, com a continuidade da suspensão dos trabalhos presenciais dos reeducandos da FUNAP, por força do prolongamento da pandemia pelo Coronavírus, em 2021 não foi viabilizada nova contratação.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5000,0	5000,00	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13041385,0	13146385,00	12651353,86	12639253,86
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	13041385,0	13146385,00	12651353,86	12639253,86
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	445000,0	445000,0	394628,63	393628,63
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	445000,0	445000,0	394628,63	393628,63
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1153536,0	1260536,00	1230898,11	1123639,62
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	1153536,0	1260536,00	1230898,11	1123639,62
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5000,0	1380900,00	1375828,49	1375828,49

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0080 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AMBIENTAL TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	5000,0	1380900,00	1375828,49	1375828,49
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55000,0	55000,00	26771,11	22223,75
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	55000,0	55000,00	26771,11	22223,75
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	3000,0	3000,00	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3000,0	3000,00	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	14707921,00	16295821,00	15679480,20	15554574,35

Ocorreram as seguintes realizações:

- Instruções de processos para aquisições de materiais de consumo, materiais permanentes.
- Pagamentos: Folha Normal e Suplementar de Pagamentos de Servidores- Licença Prêmio
- Ressarcimentos, Indenizações e Restituições
- Contratos contínuos, dentre outros desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

CONSELHOS:

Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM

O CONAM/DF é um órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, composto, paritariamente, por 40 instituições do Poder Público e da Sociedade Civil. Em 2021 realizou seis (6) reuniões ordinárias do pleno, das quais resultaram duas (2) resoluções e dezenove (19) decisões. Destacam-se entre os feitos do CONAM/DF, em 2021:

- Aprovação da metodologia para a emissão de Licença e Autorização Ambiental em caráter preliminar, em razão do combate à pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV2);
- Criação de câmara técnica para estudar e propor regulamentação sobre o reúso de água para a atividade agrícola e a irrigação no Distrito Federal;
- Prorrogação do mandato das instituições representantes da sociedade civil (art. 4º, §2º, incisos II, IV e V do Decreto 38.001/2017);
- Criação de comissão eleitoral, nos termos do art. 8º, da Resolução Conam/DF nº 05, de 25/02/2017, para acompanhar o processo eleitoral e decidir sobre recursos ou outras questões relativas ao certame;
- Decisão sobre o pleito da Associação dos Moradores da Área Octogonal Sul, Cruzeiro e Sudoeste – Amagister;
- Constituição de 3 (três) grupo de trabalho: i) para estudar a gestão compartilhada das Unidades de Conservação no Distrito Federal; ii) para estudar e apresentar ao plenário minuta de revisão da Resolução Conam nº 003/2006, que disciplina o uso do lodo de esgoto, em conformidade com as modificações trazidas pela Resolução Conama nº 498/2020 e a

fundamentação técnica apresentada; iii) para estudar e apresentar ao Plenário do Conam/DF minuta de resolução sobre "Padrões de lançamento de efluentes em corpos hídricos superficiais, considerando a Resolução Conama nº 430, de 2011" (coordenação do GT, participação de reunião e análises técnicas);

- Manifestação sobre o enquadramento no rito do licenciamento ambiental simplificado – LAS em processo específico;
- Apreciação dos julgamentos da Câmara Julgadora de Autos de Infração, enquadrados no artigo 18 do Regimento Interno do Conselho.

Câmara Julgadora de Autos de Infração do Conam/DF – CJAI-Conam/DF

A CJAI-Conam/DF tem por finalidade julgar, em caráter terminativo, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente no âmbito de processos administrativos de apuração de infrações à legislação ambiental. A Câmara é composta por 7 membros, sendo 3 representantes da sociedade civil e 3 representantes do Poder Público, com mandato de um ano, além da Sema, que a preside.

Em 2021, a CJAI-Conam/DF realizou vinte (20) reuniões, sendo onze (11) reuniões ordinárias e nove (09) extraordinárias, nas quais distribuiu cento e quarenta e cinco (145) processos e julgou cento e vinte e um (121) processos de infrações ambientais com recurso em terceira e última instância recursal.

A Câmara Técnica de Mudanças do Clima

Realizou onze (11) reuniões em 2021.

Os demais GTs e CTs do Conam/DF realizaram, ao todo, cinco reuniões em 2021.

Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF

O CRH/DF é um órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, composto, paritariamente, por 28 instituições: 14 do Poder Público e 14 da Sociedade Civil. Em 2021, realizou quatro (4) reuniões ordinárias do pleno e quatro (4) reuniões extraordinárias, das quais resultaram três (3) resoluções e duas (02) decisões. Destacam-se entre os feitos do CRH/DF em 2021:

- Aprovação do Plano Plurianual de Capacitação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, para o período 2021-2024;
- Deliberação sobre a continuidade e implementação do enquadramento dos corpos de água superficiais do Distrito Federal;
- Aprovação dos encaminhamentos propostos pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH/DF, referentes ao item 6 da Nota Técnica nº 01/2020 – CRH/DF, não contemplados na Resolução nº 07/2020 – CRH/DF;
- Aprovação da Nota Técnica nº 02/2021 – CTPA/CRH-DF, que apresenta a análise realizada pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH-DF relativa à implementação de Agência de Bacia para o DF, com o objetivo de identificar e avaliar as possíveis soluções, considerando a sua operacionalização, desde a sua instituição, até a execução dos serviços, os aspectos legais, organizacionais, estratégicos, dentre outros.

Câmara Técnica de Assessoramento – CTPA do CRH/DF

Realizou dezenove (19) reuniões em 2021, para análise das questões técnicas de assessoramento ao Pleno do CRH/DF.

No contexto de boas práticas e inovação no campo, a SEMA-DF vem participando ativamente dos conselhos coordenados pela SEAGRI que tratam do desenvolvimento rural, tais como o Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Câmara Setorial de Agroecologia e Produção Orgânica.

· Realizações extraordinárias

Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF)

A SEMA, no ano de 2021, deu atenção especial ao Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF), que funciona como um sistema de parcerias institucionais visando à proteção do Cerrado. O Plano conta com uma estratégia de ação própria e possui como princípios a integração e a cooperação mútua. O PPCIF foi reformulado pelo Decreto

37.549, de agosto de 2016, que criou o Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, com o objetivo de promover a articulação entre os órgãos para a otimização dos recursos humanos e materiais necessários à execução do Plano. Com o objetivo de executar o PPCIF, foi criado um Grupo Executivo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, cuja coordenação é da SEMA. No ano de 2021, foram realizadas diversas ações envolvendo o trabalho de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo a contratação de 150 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho. A contratação foi a maior desde o início do Plano. Além disso, foram feitos aceiros mecânicos, aceiros negros, queimas prescritas, manutenção de equipamentos. Houve, ainda, reforço na vigilância, cursos de capacitação e trabalhos envolvendo a educação ambiental. É relevante salientar que a área queimada por incêndio florestal no Distrito Federal foi de 29.526,49 hectares, dos quais 2.324 hectares foram registrados em 57 UCs Distritais, sob a gestão do Brasília Ambiental – IBRAM.

Aproveitamento de Águas Pluviais

A SEMA-DF elaborou um TR com recursos da ordem de R\$110.000,00, advindos do Programa GEF CITInova, para a implementação do projeto piloto de um Sistema de Aproveitamento de Água Pluvial, SAAP, no Centro Educacional 02 GISNO, localizado na SGAN 907 Módulo A, Asa Norte, Brasília DF, objetivando estimular a implementação de sistemas prediais voltados ao aproveitamento de água pluvial em prédios públicos do Distrito Federal e, com isso, reduzir os impactos ambientais causados pela exploração de recursos hídricos nos mananciais de abastecimento do DF, e minimizar a pressão no sistema público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de gerar ganhos econômicos para o erário público e reduzir o uso de água potável nos prédios públicos. O TR está em fase de licitação para escolha de empresa para realizar a implementação, com início dos trabalhos programados para fevereiro de 2022 e término em junho do mesmo ano.

Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural

A SEMA-DF, por meio do Projeto CITInova – Iniciativas Inovadoras para Cidades Sustentáveis, sob responsabilidade da SEMA/DF, através do Contrato CGEE/FINATE, está executando a prestação de serviços técnicos especializados para elaboração do Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural e sua área de influência, que teve início em 2019, com previsão de término em 2021. O objetivo é fornecer subsídio ao governo do DF no processo de tomada de decisão sobre as ações a serem adotadas para a remediação da área, prevista em duas iniciativas:

Iniciativa 1 - Elaboração do diagnóstico da contaminação e realização de testes de tecnologias inovadoras para a remediação do lixão da Estrutural e sua área de influência.

Iniciativa 2 - No âmbito das iniciativas piloto a serem testadas, já foram implantadas as ações de fitorremediação, como uma das estratégias para descontaminação do solo.

Em 2021 os estudos de Diagnóstico Ambiental e propostas para a remediação do antigo lixão proporcionaram um panorama aprofundado da situação de contaminação, delimitando a abrangência, a importância da Unidade de Conservação no entorno, que atenuou a pluma de contaminação, e os riscos eminentes e de longo prazo. O estudo, que é pioneiro para o lixão, também testou técnicas de remediação na área que, juntamente com o diagnóstico, cooperaram para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Área Contaminadas, o qual destaca a necessidade da estabilização da pluma de contaminação oriunda do lixão. A SEMA-DF realizou as seguintes ações:

- Elaboração do plano de trabalho, documento contendo a descrição e o roteiro das atividades propostas (em campo e escritório), cronograma detalhado e demais informações sobre os métodos, metodologias, equipamentos, equipe técnica, logística, entre outros dados necessários à plena compreensão dos objetivos e resultados a serem alcançados. Entrega do Produto 1, contendo: i) a base do conhecimento atual sobre a contaminação do solo, água superficial e subterrânea e um conjunto de soluções de fitorremediação exitosas para a descontaminação; ii) Mapa de Pontos de Monitoramento de Água Superficial; iii) Mapa de Poços de Monitoramento de Água Subterrânea; iv) Mapa de Pontos de Amostragem de Solo; v) Mapa de Pontos de Monitoramento do Ar; vi) Mapa de Pontos de Amostragem de Resíduos Sólidos; vii) Relatório do processo de implantação das ações piloto de fitorremediação. Entrega do Produto 2, contendo relatório técnico com análise dos dados com representação

cartográfica em mapas básicos e temáticos (qualidade das águas subterrâneas, qualidade do solo); e apresentação do Diagnóstico.

- Em 07 de outubro de 2021, foi realizado o II WORKSHOP: ESTRATÉGIAS PARA USOS FUTUROS, VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO ANTIGO LIXÃO DA ESTRUTURAL. O evento teve como objetivo apresentar os resultados dos estudos e propostas para usos futuros da área do antigo lixão da Estrutural, de forma a subsidiar o Governo do Distrito Federal e o SLU no enfrentamento dos passivos ambientais e na elaboração de cronograma físico das ações futuras para a recuperação da área. Foi um evento restrito aos gestores e técnicos dos órgãos e entidade do GDF que têm ações relacionadas ao tema, para construção conjunta das próximas etapas, com definição de cronograma de ações, competências e responsabilidades, após a conclusão dos estudos que apontam a contaminação da área.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, durante o exercício das atividades do ano de 2021, pautou-se na adaptação dos seus trabalhos na realidade imposta pela pandemia mundial em decorrência do COVID-19, que fez com que o GDF editasse o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital. O avanço da vacinação na população possibilitou que a SEMA-DF passasse a realizar algumas das suas atividades de forma presencial, mantendo outras via remota. Nesse contexto, a tecnologia da informação foi grande aliada, garantindo a proximidade dos servidores e a participação virtual em reuniões, eventos e demais atividades. Os recursos tecnológicos de informação proporcionaram o fluxo de informações, a celeridade no empreendimento das ações e de tomada de decisões. Consequentemente, foi possível a participação em quantidade e qualidade superior de ações de trabalho, tendo-se conseguido maior engajamento e participação dos servidores nas ações e colegiados. Atentos aos protocolos sanitários e de saúde para minimizar os impactos do novo Coronavírus, conseguiu-se manter várias atividades concebidas para o ano de 2021.

Nesse contexto, a SEMA-DF deu continuidade à recuperação das Áreas de Preservação Permanente da orla do Lago Paranoá. Os investimentos foram da ordem de R\$ 2.461.710,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e dez reais). Esses recursos proporcionaram a recuperação de 75 hectares ao longo da Orla Sul e do braço do Riacho Fundo, com uso estimado de 46 mil mudas sendo plantadas em 19 polígonos. Estão previstas ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da Orla Norte e suas áreas de influência, projeto que tem investimentos da ordem de R\$ 1,4 milhão, e dá continuidade ao projeto de recuperação de danos nas APPs iniciado na orla Sul do Lago Paranoá. Em 2021, a SEMA apresentou um novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo, com densidade de informações espaciais compatíveis com a escala 1:25.000, baseado em imagens de satélite de alta resolução do ano de 2020 e anteriores. O mapa mostra todos os tipos ou fitofisionomias da vegetação nativa do Bioma Cerrado, além de apontar os diferentes usos em áreas urbanas e agrícolas do DF. O mapa deverá ser atualizado periodicamente, permitindo monitorar e avaliar quantitativa e qualitativamente as áreas de vegetação natural, estabelecendo indicadores que mostrem a evolução da recuperação e manutenção da flora do Cerrado e a situação das áreas urbanas e rurais.

A SEMA-DF desenvolveu diversas ações no âmbito das boas práticas e inovação no campo, a fim de manter a segurança hídrica das bacias hidrográficas estratégicas para abastecimento público da população do DF. Foram realizadas sete oficinas, sendo seis virtuais e uma presencial, com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia", para empoderamento das mulheres na gestão das águas das bacias-alvo. Foram publicados os resultados de dois

experimentos em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, conduzidos na bacia do Paranoá e do Descoberto. Ainda nesse contexto, foram monitorados 20 hectares de Sistemas de Agroflorestas (SAFs) mecanizados em propriedades rurais das bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá. Para diversificar a produção agrícola sustentável, estamos incentivando Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSA, visando ampliar a capacidade de ação do Governo do Distrito Federal e do entorno, de forma a promover a proteção dos recursos naturais para uma maior produção de água, associada ao processo de diversificação produtiva na região. Estamos realizando estudo e implementação de duas CSAs no DF, com foco nas bacias dos rios Descoberto e Paranoá. Estamos também implementando o Projeto “Valor Fercal Comunidade Produtiva”, que tem como objetivo principal gerar e proteger o valor da Fercal de forma sustentável, enquanto comunidade estratégica rural inserida no DF, executando de modo informativo e educativo soluções ambientais para os habitantes rurais. O início das ações está previsto para janeiro de 2022. Além dessas ações, a SEMA-DF participou do grupo de trabalho, coordenado pela SEAGRI, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - 20 anos. A articulação de trabalhos entre a SEMA-DF e a SEAGRI tem proporcionado diversos ganhos ambientais para a área rural, entre eles a publicação da Portaria Conjunta nº 02, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o artigo 17 do Decreto nº 21.500, de 11 de setembro de 2000, permitindo que os beneficiários do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural) que comprovarem ações de preservação ou recuperação do meio ambiente possam obter redução de até 80% nas taxas do licenciamento ambiental.

A SEMA-DF tem atuado na recomposição da vegetação nativa em 80 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) de nascentes, áreas de recarga hídrica e demais APPs degradadas ou alteradas nas bacias do Rio Descoberto e do Rio Paranoá, visando à manutenção e recuperação de seus aquíferos. Dentre as diversas iniciativas, está a priorização de ações para recuperação de nascentes e dos corpos hídricos que contribuem para a segurança hídrica no DF. Foram beneficiados com o projeto 70 pequenos produtores rurais das bacias dos rios Descoberto e Paranoá e 2 (dois) Parques Ecológicos, Águas Claras e Riacho Fundo. O programa foi iniciado em 2020 e finalizado em 2021.

Nesse contexto, em todas as oportunidades, a SEMA-DF vem trabalhando para fortalecer as boas práticas e inovações no campo, com o objetivo de contribuir para tornar a agricultura distrital mais sustentável e compatível com a conservação dos recursos naturais e serviços ambientais.

A SEMA-DF, em julho de 2021, deu início ao Projeto de Identificação e Monitoramento das Capivaras na Orla do Lago Paranoá. Esse projeto é financiado com recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam). Objetivamente, o projeto em execução desenvolve pesquisa científica de monitoramento da população de capivaras, visando determinar a distribuição e o índice de abundância de capivaras e carrapatos na orla do Lago Paranoá e, assim, subsidiar a realização de políticas públicas de educação ambiental para proteção da fauna e redução de conflitos entre a população de capivaras e os usuários da orla do Lago. O projeto tem duração de 12 meses e é executado pela Universidade Católica de Brasília, UCB, em parceria com a SEMA-DF.

Em 2021, a SEMA-DF concluiu a validação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2005-2012 do DF e a avaliação preliminar, usando a metodologia do 1º Inventário do DF para o período 2013-2018, além da validação do Inventário de Emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (GEE)/2005-2012, de acordo com metodologia reconhecida internacionalmente. Além do processo de revisão, houve também um período de consulta pública e também de apreciação pela Câmara Técnica do Clima do CONAM. Com a conclusão do inventário, o GDF passa a contar com uma base de dados atualizada para fomentar a transição para uma economia com menores índices de emissão de Gases de Efeito Estufa, podendo desenvolver planos específicos para cada setor analisado, com base em seus padrões de emissões. Além disso, o inventário também possibilitou a construção dos planos de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas.

A SEMA tem realizado várias ações visando a implementação da Política de Resíduos sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Com a inauguração do Complexo Integrado de Reciclagem (CIR), em novembro de 2020, e com sua operação iniciada na data da inauguração, o Complexo já atua com 5 cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos, contando

com 438 catadores trabalhando diariamente, representando 87,6% dos postos de trabalho ocupados nos Centros de Triagem e Reciclagem - CTR 1 e 2, atuando em 2 turnos de 6 horas cada. Em 2021, foram triadas aproximadamente 2000 toneladas da coleta seletiva e recuperadas (recicladas) 1000 toneladas de resíduos. Além de condições de trabalho para as cooperativas de catadores, a SEMA-DF está trabalhando o passivo ambiental do já encerrado lixão da Estrutural. A SEMA-DF, através de contratação de empresa especializada, está executando a prestação de serviços técnicos para elaboração do Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural e sua área de influência. O objetivo é fornecer subsídio ao governo do DF no processo de tomada de decisão sobre as ações a serem adotadas para a remediação da área. Serão realizadas iniciativas voltadas para a elaboração do diagnóstico da contaminação, e realização de testes de tecnologias inovadoras para a remediação. No âmbito das iniciativas piloto a serem testadas, já foram implantadas as ações de fitorremediação, como uma das estratégias para descontaminação do solo.

No que concerne às políticas públicas de Educação Ambiental, a SEMA-DF atua de forma transversal entre suas subsecretarias. Esta estratégia de atuação permitiu que em 2021, com a intensificação da vacinação e a flexibilização das restrições sanitárias em função da pandemia do Covid-19 no segundo semestre, a SEMA-DF, em parceria com o Instituto Rede Terra, Secretaria de Estado de Educação, Caesb, Projeto CITinova e Brasília Ambiental, realizasse duas ações de educação ambiental com crianças de 10 a 12 anos da Escola Classe 1 – SHIS Sul, da rede pública de ensino do DF, demonstrando a importância da preservação do Lago Paranoá com o plantio de mudas de espécies do cerrado. Além disso, em 2021, a SEMA remodelou o Projeto Parque Educador, dando seguimento ao atendimento dos estudantes por meio da educação mediada por tecnologias de comunicação (atendimento 100% remoto), reduzindo sua capacidade de atendimento em 50%. No segundo semestre de 2021, o projeto voltou gradativamente ao atendimento presencial, conforme retorno das escolas da rede pública do Distrito Federal. Nesse contexto da educação ambiental, a SEMA-DF realizou a capacitação sobre Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a EGOV, tendo feito 2 turmas com 8 horas/aula cada. Foram capacitados 85 servidores de 41 instituições do GDF. Também foi realizada a gravação de capacitação EAD junto à SEJUS.

A SEMA-DF entende que a execução da Política Ambiental do Distrito Federal passa pela implementação da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse conjunto de instrumentos possibilita as condições para a construção do Painel de Indicadores Ambientais do DF. Soma-se a esses instrumentos o que determina a Lei Distrital nº 3.944/2007 que "Dispõe sobre os indicadores do SISDIA e cria o Atlas Ambiental do DF". Essa Lei, em seu artigo 5º, determina que os indicadores ambientais do SISDIA devem ser consolidados em meio cartográfico e georreferenciados em meio digital. Nesse contexto, a SEMA-DF, realizou o lançamento do Portal do SISDIA ao público, no mês de abril de 2021, inclusive com o Atlas Ambiental digital interativo, na forma de "story maps". Em 2021, foram registrados 312.988 acessos ao banco de dados, 420.993 acessos aos geoserviços, e 25.630 acessos a o Portal do SISDIA.

Cumprir esclarecer que a implementação do ZEE-DF implica em um grande desafio para o Governo do Distrito Federal, em razão da obrigatoriedade da regulamentação de 18 (dezoito) artigos da Lei nº 6.269/2019 em um prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir de 2019, além do cumprimento de suas diversas diretrizes. Ocorre que, em virtude do advento da Pandemia da COVID-19, tal prazo restou comprometido e a referida regulamentação deve ser continuada no próximo quadriênio – 2024-2027. A Fase 1 do SISDIA, já implementada, teve foco na consolidação de um quadro comum de dados espaciais ambientais aplicados ao planejamento e gestão territoriais. Esse conjunto básico de dados diz respeito a 18 (dezoito) órgãos distritais, sendo 14 (quatorze) deles por consumo direto. O Distrito Federal conta com uma série de órgãos que hoje apresentam maturidade institucional na produção de dados geoespaciais. Contudo, essa produção é assimétrica e, em vários casos, descontinua. Ao longo dos anos, o DF investiu muito em ações pontuais, mas pouco no dado geoespacial para a gestão estratégia de informações. O SISDIA, concebido e construído como um ecossistema, busca sanar esta lacuna governamental.

No tocante à governança e gestão, a SEMA-DF, no ano de 2021, alcançou 100% do Índice de Transparência Ativa pelo 3º ano consecutivo. Além disso, criou o seu Comitê Interno de Governança e Gestão, através da Portaria nº 38, de 31 de agosto de 2021, e aderiu ao

Sistema do Modelo de Excelência em Gestão – SMEG, criado pelo Governo Federal e implementado em Brasília pela Secretaria de Economia.

Dificuldades encontradas

Para a execução das atividades no ano de 2021, além da adaptação ao sistema de teletrabalho e adoção das medidas de distanciamento social impostas em função da pandemia da COVID-19, as dificuldades enfrentadas pela SEMA estão relacionadas, principalmente, à falta de estrutura adequada de pessoal e de equipamentos e ao contingenciamento na execução orçamentária. Nota-se, em especial, que o quadro de pessoal possui número reduzido de técnicos e tem se mostrado inadequado para a vasta gama de atribuições e responsabilidades da SEMA. Saliente-se que, no ano de 2021, houve redução no quadro de servidores, em especial os estagiários da área Jurídica, o que dificultou ainda mais o desempenho da unidade. Além disso, nota-se a insuficiência de regulamentação e realização de ações efetivas para reduzir as principais fontes emissoras de gases de efeito estufa no território do Distrito Federal, a carência de arranjos institucionais e financeiros eficientes no ambiente de negócios e na gestão pública para fomentar a implantação de áreas que ampliem a capacidade de remoção de CO₂ (aumento de sumidouros de carbono), do uso de combustíveis renováveis no transporte, e a necessidade de ampliação da produção de energia no território para redução da dependência de fontes externas, especialmente a fotovoltaica. As licitações de equipamentos para o Complexo Integrado de Reciclagem também foram altamente impactadas pelo aumento exponencial dos preços no mercado e pela instabilidade desses preços, relacionada às variações do dólar, provocando a necessidade de revisão de todos os termos de referência, redução da quantidade de equipamentos para adequação aos limites de recursos financeiros existentes, bem como constantes solicitações de novos orçamentos devido ao prazo de validade reduzido dos mesmos. Tudo isso provocou atrasos nas licitações, que deverão ocorrer no ano de 2022.

Perspectivas para o próximo exercício

- Implementação da Fase 2 do SISDIA (2021/2022), reforçando o conceito de ecossistema. Serão desenvolvidos e implementados os 3 (três) primeiros módulos especialistas: Módulo Especialista de Sustentabilidade em Projetos; Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); e o Módulo Especialista Big-Data;
- Atualização permanente e sistemática do inventário de emissões de gases de efeito estufa por fontes de emissões no âmbito do DF, a fim de nortear a aplicação de políticas públicas específicas;
- Redução de emissões de gases de efeito estufa por meio da operacionalização das ações de mitigação e adaptação previstas na Contribuição Distritalmente Determinada, bem como o aperfeiçoamento do marco regulatório do DF sobre Mudança do Clima;
- Preparação da população e do ambiente do DF para enfrentar os efeitos adversos e impactos das Mudanças do Clima, com ênfase na mudança dos paradigmas de mobilidade e na transição para a eletrificação do transporte urbano e o fomento da implantação de energias renováveis no território do DF;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa de combustíveis fósseis no transporte público e também veicular privado, bem como implantação do efetivo monitoramento das emissões relativas a esse setor, e o mapeamento e implementação de áreas de sumidouros de carbono com o aumento das áreas de florestas urbanas no DF;
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para ações de conscientização da população sobre a boa convivência com espécies nativas do Cerrado que vivem próximas das áreas urbanas, como as capivaras e as aves;
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira entre o BNDES e o GDF - Aquisição de ELETROELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MÁQUINAS para as Centrais de Triagem e para a Central de Comercialização do Complexo Integrado de Reciclagem;
- Execução das Emendas Parlamentares Federais Impositivas, cujo objeto é a implantação de sistema de tritramento de vidros, sistema de beneficiamento de plásticos e sistema de tratamento de efluentes no Complexo Integrado de Reciclagem, e construção de galpão de beneficiamento do vidro;

- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF);
- Promoção da Educação Ambiental e da Comunicação em prol das práticas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal;
- Realização dos estudos necessários à regulamentação da Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos no Distrito Federal por processos biológicos, bem como propor, executar e monitorar projetos de estímulo e incentivo à compostagem descentralizada, realizada no local de geração dos resíduos, por meio de gestão comunitária;
- Participação no grupo de trabalho responsável pela realização de pesquisas para subsidiar o desenho de intervenções baseadas em insights comportamentais nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, tendo como foco inicial a melhoria na qualidade da separação dos resíduos sólidos pelos cidadãos para a coleta seletiva domiciliar;
- Participação no grupo de trabalho responsável por acompanhar, subsidiar e avaliar os produtos entregues para atualização dos Planos PDGIRS e PDSB;
- Implantação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal;
- Implantação de logística reversa de embalagens em geral no Distrito Federal e de óleos lubrificantes e de óleos lubrificantes usados e contaminados no Distrito Federal. Aprimoramento e regulamentação da logística reversa de pneumáticos no Distrito Federal;
- Acompanhamento e fiscalização do Contrato de Governança que visa o serviço de "Consultoria para aprimoramento da governança hídrica no Distrito Federal";
- Acompanhamento e fiscalização do Contrato CSA - Contratação de serviços de consultoria para criação de duas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA);
- Aprovação e início de projeto de monitoramento no Rio Melchior, por meio de emenda parlamentar a ser apresentada para análise e aprovação pela SEMA em 2022;
- Consolidação de informações referentes às nascentes do DF e planejamento de ações necessárias para a recuperação das áreas, com a articulação entre os diferentes órgãos do GDF;
- Acompanhamento da situação de segurança das barragens existentes no DF;
- Realização de teste, interno à SEMA, do sistema informatizado para gestão do Programa Poupa DF, para verificação de possíveis ajustes necessários, antes da disponibilização para as comissões de poupadores e planejamento da capacitação para as comissões internas de cada órgão, para acompanhamento dos resultados do monitoramento de consumo de água;
- Elaboração do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Realização das vistorias nas APMs, para levantamento dos principais problemas e temas a serem abordados e elaboração do Programa Anual de Gestão e Monitoramento de cada APM;
- Elaboração de Projeto para o Diagnóstico das Áreas de Proteção de Manancial – APM priorizadas pelo Comitê de Gestão e Monitoramento de APM, para realização de ações de gestão;
- Participação no Grupo de Trabalho "Padrões de lançamento de efluentes em corpos hídricos superficiais, considerando a Resolução CONAMA nº 430, de 2011";
- Desenvolvimento de ACT para monitoramento dos plantios da orla Sul do Lago Paranoá, com Instituto Perene e Brasília Ambiental;
- Acompanhamento e gestão do ACT Recupera Cerrado, com FBB, Brasília Ambiental e Instituto Espinhaço, com plantio e monitoramento de 40 hectares na orla Norte do Lago Paranoá;
- Assinatura do ACT entre a SEMA-DF e a SEE-DF para implantação de um projeto piloto de aproveitamento de água pluvial no Centro Educacional GISNO, conclusão do termo de referência de contratação de empresa que irá implantar tal sistema e publicação do Decreto de Criação do Programa Reúso DF.